

## INFLUÊNCIAS POPULACIONAIS E SOCIOECONÔMICAS DAS DESTILARIAS COOPROCAMI/COOPERB II EM MIRASSOL D'OESTE, MATO GROSSO

Junior Miranda Scheuer<sup>1</sup>  
Vanderlei Humberto Luperini<sup>2</sup>  
Sandra Mara Alves da Silva Neves<sup>3</sup>

**RESUMO:** Em 1981 foi instalada no município mato-grossense de Mirassol D'Oeste uma destilaria de etanol que ficou inativa no período de 1992 a 2002 e foi reativada em 2002. Objetivou-se investigar a influência que a destilaria teve no fluxo populacional e na socioeconomia do município de Mirassol D'Oeste. Os procedimentos metodológicos foram constituídos de pesquisa bibliográfica, entrevistas com os responsáveis pela destilaria, levantamento e tratamento de dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, integração e análise das informações, culminando nos resultados do estudo. As análises evidenciaram que houve três períodos com distintas influências: 1981 a 1991, 1992 a 2002 e 2002 a 2011. O aumento populacional municipal foi decorrente dos programas governamentais de colonização e o surgimento da destilaria, que atraiu contingentes populacionais de acordo com os períodos de influência. A destilaria promoveu, ainda, o crescimento econômico do município, aumento na arrecadação de imposto e investimentos, refletindo na melhoria dos indicadores sociais.

**Palavras-chave:** Censo demográfico, fluxo populacional, Produto Interno Bruto, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, setor sucroalcooleiro.

## INFLUENCES OF POPULATION AND SOCIOECONOMIC OF THE DISTILLERIES COOPROCAMI/COOPERB II IN MIRASSOL D'OESTE, MATO GROSSO

**ABSTRACT:** In 1981 he was installed in the city Mato Grosso of Mirassol D'Oeste, an ethanol distillery, which has been idle for the period 1992 to 2002 and reactivated in 2002. The objective was to investigate the influence of the distilleries had in the population flow and socioeconomics the city of Mirassol D'Oeste. The methodological procedures consisted of literature review, interviews with those responsible for distilleries, gathering and processing of secondary data from the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, integration and analysis, culminating in the study results. The analyzes showed that there were three periods with different influences: 1981-1991, 1992-2002, and 2002 to 2011. The municipal population increase was due to the government settlement programs and the emergence of the distillery, which attracted population groups according to the periods of influence. The distillery also promoted economic growth to the city through increased tax revenue and investments, reflecting the improvement of social indicators.

**Key-words:** Demographic census, population flow, Gross Domestic Product, Municipal Human Development Index, sugarcane sector.

## INFLUENCIAS POBLACIONAL Y SOCIOECONÓMICO DE LAS DESTILERÍAS COOPROCAMI/COOPERB II EN MIRASSOL D'OESTE, MATO GROSSO

**RESUMEN:** En 1981 se instaló en el municipio de Mato Grosso de Mirassol D'Oeste, una destilería de etanol, que ha estado inactiva durante el período de 1992 a 2002 y reactivada en 2002. El objetivo fue investigar la influencia de las destilerías tenía en el flujo de la población y la socioeconomía en la ciudad de Mirassol D'Oeste. Los procedimientos metodológicos consistieron en revisión de la literatura, entrevistas con los responsables de las destilerías, recogida y tratamiento de los datos secundarios del Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, la integración y el análisis, culminando en los resultados del estudio. Las análisis mostraron que hubo tres períodos con diferentes influencias: 1981-1991, 1992-2002 y 2002 a 2011. El aumento de la población municipal se debió a los programas de asentamiento del gobierno y la aparición de la destilería, que atrajo a los grupos de población de acuerdo con los períodos de influencia. La destilería también promovió el crecimiento económico de la ciudad mediante el aumento de los ingresos fiscales y las inversiones, lo que refleja la mejora de los indicadores sociales.

---

<sup>1</sup> Doctorando em ciências agrárias (Udelar/URY-UY), Mestre em ambientes e sistemas de Produção Agrícola (UNEMAT/MT-BR).

<sup>2</sup> Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso – UNEMAT.

<sup>3</sup> Doutora em Geografia. Professora adjunta do curso de Geografia e do Mestrado em Ambientes e Sistemas de Produção Agrícola – PPGASP – UNEMAT.

**Palabras llave:** Censo Demográfico, el flujo de población, Producto Interno Bruto, el Índice de Desarrollo Humano Municipal, sector de caña de azúcar.

## Introdução

Na década de 1980, quando foi criada a destilaria de etanol em Mirassol D'Oeste, o estado de Mato Grosso experimentava um forte processo de ocupação motivada pela “expansão e/ou manutenção das áreas de fronteira agrícola” (CUNHA, 2006, p. 88) com migrantes de distintos lugares, tanto do próprio estado quanto de outras regiões do Brasil.

Essas migrações influenciaram, além do processo de expansão da fronteira agrícola, na criação de novos municípios (ALVES, 2005; MAGALHÃES; ROJAS, 2007), na urbanização das cidades, no crescimento econômico (ALVES et al., 2008) e, sobretudo, na transformação social, econômica e ambiental da região.

O intuito do governo federal na época era a ocupação e colonização agrícola de Mato Grosso (BRASIL, 1981) fundamentado em programas de “desenvolvimento” da agropecuária com estímulo a vinda de pessoas de outras partes do País, conseqüentemente corroborou com o aumento populacional, especialmente rural, do espaço colonizado.

Diante do empenho do governo na ocupação das terras desocupadas, no fim da década de 1950 Antonio Lopes de Molom e família partiram de Mirassol, município do estado de São Paulo, para as terras devolutas de Mato Grosso e abriram um escritório de venda de terras, fator que contribuiu para o estabelecimento do povoado que mais tarde viria a ser o município de Mirassol D'Oeste (CNM, 2011).

A partir da década de 1960 o povoamento da região sudoeste mato-grossense foi intensificado com a chegada de mais migrantes, principalmente das cidades paulistas de Mirassol, São José do Rio Preto, Fernandópolis, Tanabí, Santa Fé do Sul, Jales, entre outras, motivados por terras baratas e melhores condições de vida (MARDEGAN, 2002).

Desta forma, surgiram e fortaleceram os movimentos políticos focados na emancipação político-administrativa da gleba Mirassol D'Oeste (MT). Por meio da Lei Estadual nº. 3.698/1976 (MATO GROSSO, 1976), houve a fundação do município de Mirassol D'Oeste com base no desmembramento de terras do município de Cáceres, naquela época conhecida como “Grande Cáceres”, devido sua extensa área territorial.

Nesse interim, o município de Mirassol D'Oeste passou a integrar o corredor de atuação dos projetos de ocupação no sudoeste de Mato Grosso e esteve sob atuação, durante os anos 1980, do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), contribuindo para acelerar a posse de terra por grupos empresariais e aumentar a migração de

agricultores, direcionados a integrar os projetos de colonização através de incentivos fiscais dos governos federais e estaduais (MORENO, 2005).

Nos anos subsequentes à criação do município de Mirassol D'Oeste a região foi influenciada pelo Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) e, no ano de 1981 fundou-se a Cooperativa Agrícola Regional dos Produtores de Cana de Mirassol D'Oeste (COOPROCAMI), na época a quinta maior do Estado. Inaugurada em 1982, impulsionou a produção sucroalcooleira do município, das regiões circunvizinhas e da unidade federativa e, atraiu pessoas de outras localidades ao município.

A COOPROCAMI iniciou a moagem de cana e produção de etanol em 1986, gerando aproximadamente 2.100 empregos diretos e indiretos e 7,8 milhões de litros de etanol (LUPERINI, 2014), sendo considerada uma “redenção” econômica para a região no apontamento de Mardegan (2002), pois se tratava de um grande empreendimento para as características do município.

Desde seu funcionamento até o ano de 1991 a produção total de etanol correspondia aproximadamente a 54 milhões de litros, porém no ano seguinte, conforme levantamento de Luperini (2014), os problemas administrativos e a decadência do PROÁLCOOL interromperam o funcionamento das atividades industriais e agrícolas da destilaria em 1992, ocasionando impactos sociais e econômicos a Mirassol D'Oeste e demais municípios da região.

No ano de 2000 começou o processo de venda da destilaria e em 2002 o Grupo Agropecuário Novo Milênio, proprietário da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Cana de Rio Branco (COOPERB), adquiriu a empresa reestabelecendo a perspectiva dos habitantes de crescimento econômico, revertendo o fluxo migratório com a afloração de novos empreendimentos imobiliários e empresariais (LUPERINI, 2014).

As operações agrícolas da COOPERB II (antiga COOPROCAMI) iniciaram em 2004 e as industriais em 2006, empregando 1.460 trabalhadores e produção de 19 milhões de litros de etanol (COOPERB, 2014).

Diante do exposto, objetivou-se investigar a influência que a destilaria de etanol COOPROCAMI e COOPERB II teve no fluxo populacional e na socioeconomia do município de Mirassol D'Oeste/MT entre os anos de 1981 a 1991, de 1992 a 2002 e de 2002 a 2011.

Este artigo foi estruturado, além deste item introdutório sobre a apresentação contextualizada do tema de pesquisa, das considerações finais e das referências, em mais três itens. O segundo item apresenta a área de estudo, o município de Mirassol D'Oeste e os procedimentos metodológicos realizados para obtenção de informações que convergiram na redação dos demais itens do estudo. No terceiro item discorreu-se sobre as políticas e ações

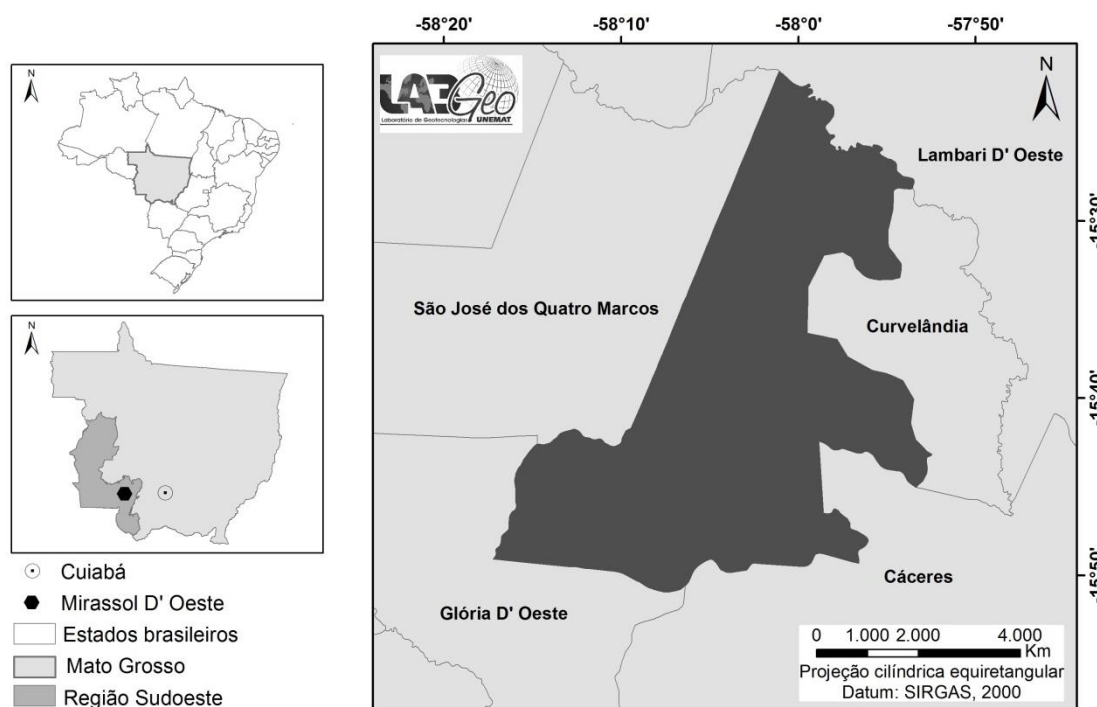
institucionais que tiveram reflexos na dinâmica populacional e socioeconômica municipal. Por fim, analisou-se a geração de empregos da destilaria, a produção de etanol e a influência da COOPROCAMI e COOPERB II nos aspectos populacionais e socioeconômicos.

## Metodologia

### Área de estudo

A pesquisa foi realizada no município de Mirassol D'Oeste/MT, situado entre as coordenadas geográficas: 15°42'53,30" a 15°42'53,30" latitude sul e 58°07'41,20" a 58°07'41,20" de longitude oeste (Figura 1). A municipalidade possui extensão territorial de 1.076,36 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2014), estando localizada na região sudoeste de planejamento do estado de Mato Grosso (MATO GROSSO, 2012) e distando 288 Km da capital, Cuiabá.

Figura 1 - Localização do município de Mirassol D'Oeste/MT.



### Procedimentos metodológicos

Foram entrevistados, no primeiro semestre de 2014, os responsáveis pela coordenação atual da destilaria (presidente e secretário), COOPERB II, e os da administração anterior (vice-presidente e secretário), COOPROCAMI, cujas questões constavam num estudo prévio a partir de revisões bibliográficas que versavam sobre a destilaria, industrialização, ocupação da região e as condicionantes socioeconômicas do município.

A técnica empregada de entrevista permite a interlocução com o entrevistado objetivando o conhecimento a respeito de um assunto ou problema existente (LAKATOS; MARCONI, 2005). Destarte, adotou-se a entrevista semiestruturada constituída por um formulário de perguntas previamente estabelecidas e, também, tomou-se notas daquelas outras informações que no decorrer da conversa o entrevistado explicitava.

Para a compreensão das informações, os dados populacionais e da socioeconomia do município, disponíveis no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foram sistematizados de acordo com três períodos de análise: 1981 a 1991, que corresponde ao primeiro momento de influência (COOPROCAMI), de 1992 a 2002 ao segundo período de influência (COOPROCAMI) e de 2002 a 2011, terceiro momento de influência (COOPERB II). Os períodos de análise foram abordados nessa perspectiva tendo em vista as possíveis causas na geração de empregos e nos aspectos socioeconômicos no município. Desta forma, atinge-se o objetivo do artigo na verificação da influência que a destilaria de etanol teve no fluxo populacional e na socioeconomia do município de Mirassol D'Oeste/MT.

Para a interpretação quantitativa dos dados utilizou-se a estatística descritiva, com base no procedimento de Análise Exploratória de Dados (TRIOLA, 2005), com o intuito de analisar a frequência absoluta e relativa dos elementos socioeconômicos. No material qualitativo, conforme Dellagnello e Silva (2005), empregou-se a análise de conteúdo, visando à compreensão, descrição e análise, acerca do objeto de estudo.

Os resultados são expostos com a análise inicial da geração de empregos diretos e indiretos nas duas fases de atuação da destilaria, COOPROCAMI e COOPERB II, da produção de etanol entre os anos de 1986/1991 e 2006/2011, e as prováveis influências da destilaria nos aspectos de população, População Economicamente Ativa (PEA), Produto Interno Bruto (PIB), renda *per capita* e no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), subsidiando as discussões.

### **Expansão da Fronteira Agrícola em Mato Grosso**

A Marcha para o Oeste, implementada no Mato Grosso pelo governo de Getúlio Vargas durante a década de 1940 (MORENO, 2005, p. 54), e os programas dos governos militares na década de 1960 (NOGUEIRA; BINOTTO, 2010), expandiram os horizontes nacionais com a ocupação territorial, tornando a agropecuária a principal precursora da economia. Nesse sentido, o governo Varguista determinou a inclusão de novas áreas agrícolas para aumentar a produção e

manter-se em sincronia com a demanda industrial (BECKER, 2005), exigindo para isso a integração e povoamento de regiões pouco exploradas, um dos principais intuitos do programa Marcha para o Oeste (NEPOMUCENO; GUIMARÃES, 2007).

No período do regime militar ocorreram os principais fluxos migratórios estimulados pelas transformações no setor agrícola e na criação de políticas de ocupação das áreas devolutas, resultando na migração de paulistas, paranaenses, catarinenses e gaúchos para o estado de Mato Grosso (RAMMINGER et al., 2009).

A região Centro-Oeste mato-grossense teve a estrutura produtiva reestruturada na década de 1960 motivada pelo empenho estatal no estabelecimento de programas que incentivaram a modernização agropecuária com o fito de integrar as regiões devolutas ao mercado nacional (CUNHA, 2006).

Entre as ações governamentais, em 1967 o governo federal criou a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), com sede em Brasília, que tinha como intuito planejar a ocupação das áreas de Mato Grosso por meio de projetos que visavam “integrar a região ao processo produtivo do sul e sudeste do Brasil” (ALVES JUNIOR, 2003, p. 18).

No início da década de 1980 o governo federal implantou o POLONOROESTE através do Decreto nº 86.029, de 27 de maio de 1981 (BRASIL, 1981), com o objetivo de:

- I - concorrer para a maior integração nacional;
- II - promover a adequada ocupação demográfica da região-programa, absorvendo populações economicamente marginalizadas de outras regiões e proporcionando emprego;
- III - lograr o aumento significativo na produção da região e na renda de sua população;
- IV - favorecer a redução das disparidades de desenvolvimento, a níveis inter e intra-regionais; e
- V - assegurar o crescimento da produção em harmonia com as preocupações de preservação do sistema ecológico e de proteção às comunidades indígenas.

Mais tarde, surgiu em 1992 o Programa de Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso (PRODEAGRO) na tentativa de “pôr um fim na ocupação desordenada do espaço” através de estratégia “correta e melhorada de gerenciamento de recursos naturais, conservação e proteção ambiental e para o desenvolvimento sustentável do Estado” (MATO GROSSO, 2002, p. 6).

Um dos resultados do programa, para Moreno e Higa (2009), foi a realização do Zoneamento Socioeconômico-ecológico, que buscava através do ordenamento do território promover a utilização parcimoniosa dos recursos ambientais, por conseguinte melhorando a qualidade de vida das pessoas.

Entre outras influências governamentais o PROÁLCOOL, embora não foi exatamente um programa de expansão das fronteiras agrícolas, surgiu em meados dos anos de 1970 e colaborou na expansão regional e fortalecimento da agricultura energética do País (SILVA; MIZIARA, 2011), tornando-se importante na implantação da cana de açúcar para a produção de etanol na substituição do petróleo, com reflexos tecnológicos e produtivos da atualidade.

Na década de 1970 o Brasil dependia da importação de petróleo como fonte energética para sustentar o crescimento econômico estabelecido pelos militares. Com as seguidas elevações do preço do barril de petróleo, de US\$ 3,00 em 1973 para US\$ 36,00 em 1981 (SANTANA, 2006) e as oscilações do preço do açúcar, o governo do presidente Geisel incentivou os cultivos de cana, incitando o aumento da capacidade industrial das destilarias (PACZYK, 2009) e a criação de novas, além de adicionar etanol anidro à gasolina e estimular o uso do etanol hidratado como fonte de combustível.

Apesar da viabilidade do projeto, no início da década de 1990 o PROÁLCOOL entrou em declínio motivado pela redução do valor do preço do petróleo no mercado externo e o fim dos subsídios do governo federal na regulamentação do preço do etanol, discorrido por Andrade et al. (2010).

Mediante as ações governamentais do governo de Vargas e dos militares em estimular programas de ocupação e “desenvolvimento” das regiões pouco exploradas, a exemplo do *situ* de estudo, conforme Cunha (2006, p. 89), essas políticas agrárias refletiram “importantes consequências em sua dinâmica demográfica e no processo de redistribuição espacial da população”.

Todavia, o conceito de “desenvolvimento” não contemplava pontualmente como a população mais pobre se apropriava desse desenvolvimento. Assim, caracterizava-se, naquele contexto histórico, como um “‘espírito da época’, com o ímpeto modernizante (e seus significados e trajetórias) orientando também as ações realizadas em nome do desenvolvimento rural” (NAVARRO, 2001, p. 84) ou modernização agrícola na expansão da fronteira agrícola.

A expressão “expansão da fronteira agrícola” brasileira, conforme Martins (1997), compreende-se na vertente capitalista de desenvolvimento com a modificação do uso e exploração da terra, principalmente nos Programas de Desenvolvimento Agrícola (SILVA; MIZIARA, 2011) que priorizavam as áreas de melhores condições estruturais, topográficas, etc. (WWF, 2000).

Assim, o principal programa de expansão da fronteira agrícola originou-se das técnicas capitalistas da Revolução Verde instituídas na segunda metade do século XX. Weisheimer (2013) discutiu que as tecnologias de produção contribuíram para aumentar a produtividade

agropecuária dos estabelecimentos rurais dos grandes empresários, porém para os agricultores de menor poder aquisitivo não era financeiramente viável devido ao alto custo e, quando adotavam as práticas contraíam dívidas impagáveis. Além do mais, esse modelo de produção é extremamente dependente de pacotes tecnológicos vinculados a uma matriz energética não renovável e, correspondeu ao desmatamento das florestas, esgotamento dos solos, contaminação dos recursos hídricos e pela maciça implementação da monocultura (ALTIERI, 1999; PRIMAVESI, 1997).

No trabalho de Aguiar e Monteiro (2005, p. 7-16), as autoras constaram que muitos agricultores realizavam as atividades agropecuárias com o foco no retorno econômico e no lucro imediato, “confirmando que na região prevalece o crescimento econômico – ‘sem distribuição de renda e inclusão social’ - em detrimento do desenvolvimento com sustentabilidade”.

Destarte, o processo de expansão da fronteira agrícola contrariava os conceitos de desenvolvimento sustentável discorridos na Comissão Brundtland (BRUNDTLAND REPORT WORLD, 1987). Neste relatório concebeu-se o desenvolvimento sustentável na compreensão de que as necessidades das presentes gerações (exploração do ecossistema) não podem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem suas necessidades (recursos naturais).

Os avanços da fronteira agrícola no Brasil, além dos impactos observados no meio rural, também ocasionaram processos de urbanização dos municípios (ALVES et al., 2008), industrialização urbana e rural (LEFEBVRE, 1999) e implantação e/ou ampliação da infraestrutura da cidade. Santos (2008, p. 48) ressaltou que “o avanço da fronteira econômica promoveu e acompanhou também o avanço das fronteiras urbana, industrial, agrícola e populacional, que atribuíram novo conteúdo aos espaços a partir dos quais se consolidaram”.

Com base nas constatações das políticas/programas de ocupação/colonização, do avanço da fronteira agrícola, industrialização, infraestrutura, etc., os fluxos migratórios de pessoas podem ocorrer de lugares distintos daquela região industrializada e, também, até mesmo no próprio município (MONDARDO; BACKES, 2007), tendo como ponto de partida a busca de melhores possibilidades de emprego e renda.

Assim, ao analisar a microrregião de Jauru (composta por 12 municípios incluindo Mirassol D’Oeste) percebeu-se uma acentuada urbanização e redução da população rural entre os anos de 1970 a 2010. Esse fluxo migratório pode estar associado aos programas de ocupação, entretanto carece-se de um aprofundamento teórico, questão para futuras investigações (Tabela 1).



Tabela 1 - Taxa de crescimento, população urbana e rural da microrregião de Jauru (em %).

Origem	1970/1980	1981/1991	1991/2000	2000/2010
Taxa de crescimento	10,6	0,4	-0,6	1,0
Urbano	31,2	63,2	63,5	70,1
Rural	68,8	36,8	36,5	29,9

Fonte: Censos demográficos do IBGE de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

A população total na microrregião de Jauru em 1970 era de 39.064 habitantes, em 1980 de 107.145 habitantes, 1991 de 112.083 habitantes, 2000 de 106.358 habitantes e, em 2010, 107.434 habitantes, ou seja, inicialmente a população estava concentrada na zona rural (desbravamento agrícola) e, ao passo da industrialização/urbanização passou a predominar na zona urbana.

### Análise dos Resultados

Retomando, as políticas de ocupação territorial, bem como a urbanização e a implantação de indústrias em um determinado espaço geográfico se expressou no sentido de intervenção e participação na construção do ambiente, com consequências sociais, econômicas e ambientais e, em especial ao complexo sucroalcooleiro (ANDREOZZI; ALVES (2009), a atividade demanda mão de obra (empregabilidade).

Associado a esses fatores, a COOPROCAMI e a COOPERB II impactaram na geração de empregos diretos (vinculada as atividades industriais e agrícolas da destilaria) e indiretos (contratações a curto/médio prazos na prestação de serviços). Na tabela 2 apresenta-se a empregabilidade, direta e indireta, proporcionados pela COOPROCAMI e COOPERB II.

Tabela 2 - Empregabilidade pela COOPROCAMI e COOPERB II em Mirassol D'Oeste/MT.

COOPROCAMI (1986*)		COOPERB II (2006*)	
Diretos	Indiretos	Diretos	Indiretos
1.250	850	1.060	400
Total: 2.100		Total: 1.460	

Fonte: LUPERINI (2014). \*Valores aproximados.

Há nítida diferença entre a geração de empregos entre as duas fases de administração da destilaria. A COOPROCAMI, no período que exerceu as atividades produtivas, gerou 44% a mais de empregos que a COOPERB II, entre diretos e indiretos. Por mais que a última tenha aumentado o cultivo agrícola, refletindo na maior produção de etanol (Tabela 3), a mecanização fez-se mais presente, por exemplo, com o ingresso de máquinas de colher cana de açúcar.

Consequentemente, reduziu o número de empregos aliado às inovações tecnológicas no parque industrial e na modernização do setor agropecuário (ALVES et al., 2008).

Situação similar de redução de postos de trabalho na introdução de tecnologias foram encontradas nos estudos de Montagnhani et al. (2009) e Moraes (2007), principalmente no que tange a mecanização da colheita, refletindo no perfil do trabalhador, mais capacitado, em detrimento daqueles com poucos anos de estudo.

Em relação a fabricação de etanol entre as duas fases de atuação da destilaria a produção diferenciou-se, pois durante o período da COOPROCAMI a média das cinco safras (1986/1991) correspondeu a 10,7 milhões de litros de etanol e a produção da COOPERB II fez uma média de 35,5 milhões de litros de etanol (Tabela 3).

Tabela 3 - Produção de etanol, em milhões de litros, pela COOPROCAMI e COOPERB II em Mirassol D'Oeste/MT.

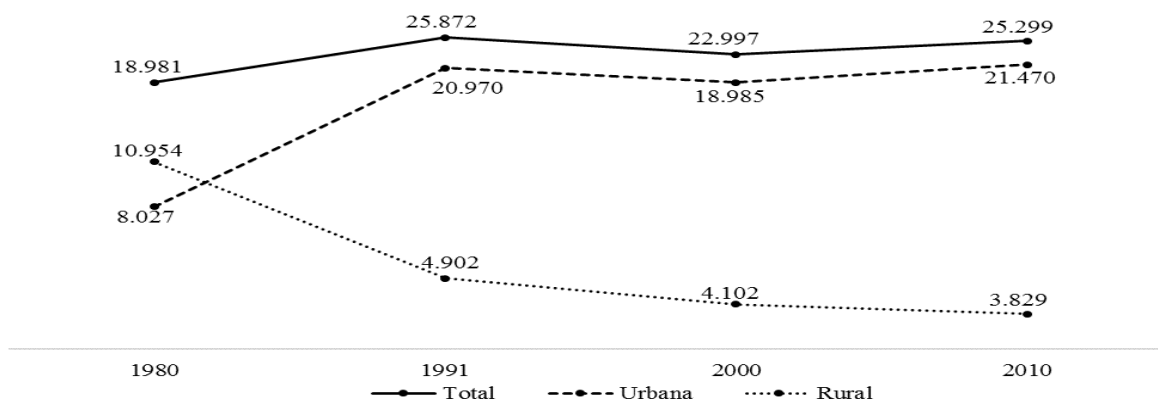
COOPROCAMI		COOPERB II	
Safra	Produção*	Safra	Produção*
1986/87	7.800	2006/07	19.000
1987/88	8.210	2007/08	32.500
1988/89	8.700	2008/09	41.600
1989/90	15.000	2009/10	41.500
1990/91	14.000	2010/11	42.800

Fonte: COOPERB II (2014); LUPERINI (2014). \*Valores aproximados.

A maior produção de etanol pela COOPERB II quiçá seja motivada pelos avanços tecnológicos na indústria e no campo. Macedo e Nogueira (2004) traçaram uma evolução de gerenciamento agroindustrial e tecnológica das usinas/destilarias, perpassando do aumento da capacidade de moagem e destilação, maximização na produtividade das fermentações, para a adoção de variedades de cana melhoradas, refletindo na produção agrícola e industrial.

Os processos agroindustriais da destilaria muito provavelmente influenciaram na população do município, que em 1991 era 36,3% superior a 1980, período no qual houve uma inversão acentuada entre o percentual de população urbana e rural, ou seja, a urbana cresceu 161,2% em relação a rural, que perdeu 55,2% ante 1980. Percebe-se com a análise que o processo de urbanização deu-se com mais ênfase na transição das décadas de 80 e 90 do século XX. Na figura 2 apresenta-se o (de)crescimento da população total, urbana e rural de Mirassol D'Oeste.

Figura 2 - População de Mirassol D'Oeste/MT, nos anos de 1980, 1991, 2000 e 2010.



Fonte: Censos Demográficos do IBGE de 1980, 1991, 2000 e 2010.

De 1991 a 2000 ocorreu uma considerável diminuição do número de habitantes de Mirassol D'Oeste. No decênio analisado, a população total do município encolheu 11,1%, a urbana 9,5% e a rural 16,3%, sendo o registro do último dado inferior ao observar a queda de 55,2% em 1991.

A população total do município no ano de 2010 subiu 10% em relação a 2000, mas mesmo assim é inferior a de 1991. Em um ritmo mais acelerado, o crescimento urbano registrou o maior pico, 13,1%, superior a todo o período em questão. A população do meio rural novamente reduziu, 6,7%, ou seja, uma diminuição de 65% do registrado em 1980.

Este cenário apresentado possivelmente sofreu influência a partir da instalação da COOPROCAMI (não exclusivamente) em 1981, o que pode ter caracterizado em uma relação da destilaria com a dinâmica da população do município entre os anos de 1981 a 1991 (primeiro momento de influência) que cresceu mais de 36%. No segundo momento de influência da destilaria, de 1992 a 2002, tendo em vista o encerramento das atividades da COOPROCAMI, a população total decresceu mais de 11%. No terceiro momento de influência, nos anos de 2002 a 2011, com a reativação administrativa da destilaria – COOPERB II em 2002, a população total do município aumentou 10%.

Nesse sentido, Mardegan (2002, p. 32) afirmou que na década de implantação da destilaria ocorreu um “grande surto migratório para a cidade de Mirassol D'Oeste”, com migração de trabalhadores rurais e urbanos principalmente de Goiás e Alagoas, no propósito de obterem emprego e melhores condições de vida, adensando uma cidade sem infraestrutura urbana.

Orlandi e Lima (2011) citaram que há uma relação entre o crescimento da população com a expansão das atividades agropecuárias, demandando matérias-primas (produção agrícola),

alimentando as indústrias da região e requerendo mão de obra, muitas vezes externas ao ambiente de origem.

Quanto à queda da população rural e ascensão da urbana, Cunha (2006) destacou o fato ao desaparecimento da expansão e manutenção das áreas de fronteira agrícola como os motivos que levaram os migrantes, estabelecidos no meio rural, procurarem o meio urbano, provocando problemas de infraestrutura e absorção demográfica.

Inicialmente as ocupações incitadas pelas políticas de modernização agrícola se deram no meio rural com as atividades de extração mineral, madeireira, posteriormente agropecuária com foco na soja e pecuária de corte e leite. Apesar da empregabilidade, informal, muitos migraram do campo para as cidades em busca de infraestrutura e trabalho (ORLANDI; LIMA, 2011).

Na investigação de Araújo (2013) no município de Rubiataba/GO, a pesquisa apresentou as tendências de população total, urbana e rural similares ao encontrado em Mirassol D'Oeste, com queda expressiva do número de habitantes no ano de 1991 e recuperação populacional em 2000, excetuando a zona rural. Essa relação pode estar associada com a implementação de uma destilaria na década de 1980 em Rubiataba, diminuição do ritmo das atividades agroindustriais nos anos de 1990 e reativação do potencial produtivo no início de 2000.

Destaca-se no estudo dois períodos importantes para o aumento populacional de Mirassol D'Oeste: 1981, instalação da COOPROCAMI e em 2002, reativação da destilaria com a COOPERB II. Subsidiase essa afirmação com os trabalhos de Andreozzi e Alves (2009) que constataram no município de Santa Vitória/MG um acréscimo populacional de pessoas que retornaram ao ambiente descendente e, também, de migrantes de outras regiões em busca de emprego no complexo sucroalcooleiro.

No mesmo ritmo de queda da população entre os anos de 1991 a 2000, a PEA em Mirassol D'Oeste reduziu 6,1%, de 10.852 para 10.189, com migração para outras regiões mais desenvolvidas. No decênio posterior, a PEA no município aumentou 26%, saltando para 12.889, valor superior aos anos anteriores.

Neste sentido, pode-se associar os dados da tabela 2 com o índice da PEA decorrente da influência da produção alcooleira da destilaria – justifica-se essa provável relação devido as características estruturais do município, ou seja, não haviam muitas indústrias, grandes produtores rurais e o comércio era dependente dos fatores supracitados. Conforme Luperini (2014), a cidade girava em torno da COOPROCAMI e sua extinção fez regredir o crescimento econômico do município, reincorporado com a transição da agroindústria à COOPERB II.

De 1981 a 1991, período de atuação da COOPROCAMI, houve o emprego de aproximadamente 2.100 trabalhadores, refletindo no aumento dos índices da população e da PEA

de 1991. Na fase em que a destilaria estava desativada, de 1992 a 2002, assim como a população, a PEA do município decresceu e após a reativação, em 2002 com a COOPERB II, tanto a população quanto a PEA voltaram a crescer com a geração de mais de 1.460 postos de trabalho (Tabela 1).

Carvalho e Gallo (2012) e Araújo (2013) respectivamente nos municípios de Pradópolis/SP e Rubiataba/GO, identificaram que o complexo sucroalcooleiro é responsável pela maciça parte dos empregos gerados na região de estudo, assim como o capital que circula na cidade. Desta forma, a usina/destilaria exerce influência no município, ou seja, se as atividades agroindustriais decaem levam consigo a população e a economia dos municípios.

A economia de Mirassol D'Oeste e de outros municípios que tenham assentado o complexo sucroalcooleiro pode refletir na variação do Produto Interno Bruto. O cálculo do PIB considera a soma monetária de todos os bens e serviços oriundos do município durante o período determinado, apontado crescimento ou decrescimento. Para análise, considerou-se os anos de 2000, 2005 e 2010.

No ano de 2000, sem a produção alcooleira, a população era de 22.997 e a PEA de 10.189, os menores valores encontrados dos últimos 20 anos para o município. O PIB também era o menor, representando quase R\$ 83 milhões. Em 2005, momento anterior à ativação industrial da COOPERB II, o PIB avançou 159% quando comparado ao ano de 2000, valor próximo de R\$ 215 milhões. Em 2010, período de crescimento da população e da PEA e em plena produção agroindustrial da destilaria, o PIB municipal cresceu 85% ao registrado em 2005, ultrapassando R\$ 395 milhões (IBGE, 2014).

Para a compreensão das informações cabe destacar a estabilidade e crescimento econômico nacional, aliado a ampliação/instalação de outros setores da economia de Mirassol D'Oeste, a citar produção agropecuária, agroindustrial (frigorífico, laticínio, granja de abate de aves), etc., no qual a COOPERB II não foi exclusivamente a precursora do aumento do PIB.

Os complexos sucroalcooleiros, destacados por Araújo (2013) e Carvalho e Gallo (2012), dispõem de uma elevada empregabilidade aos municípios surtindo efeito direto na economia local. Na contramão da situação exposta, Azevedo Junior et al. (2012) afirmaram que o PIB do município de Mirassol D'Oeste não é dependente das atividades oriundas do cultivo da cana de açúcar, mesmo com a presença de uma unidade industrial, sobressaindo os demais setores da economia local.

Em continuidade, a construção da renda *per capita*, disposta na tabela 4, levou em consideração o valor do salário mínimo nacional nos anos analisados. A implantação do plano real entrou em vigor em 1994, logo a renda no ano de 1991 foi reajustada conforme informações

do IBGE e o salário mínimo ajustado a partir da planilha de cálculos do Banco Central do Brasil (BCB, 2014).

Tabela 4 - Renda *per capita* e o salário mínimo nacional, em reais, do município de Mirassol D'Oeste/MT.

Referência	1991	2000	2010
Renda <i>per capita</i>	407,00	450,84	718,18
Salário mínimo	77,49*	151,00	510,00

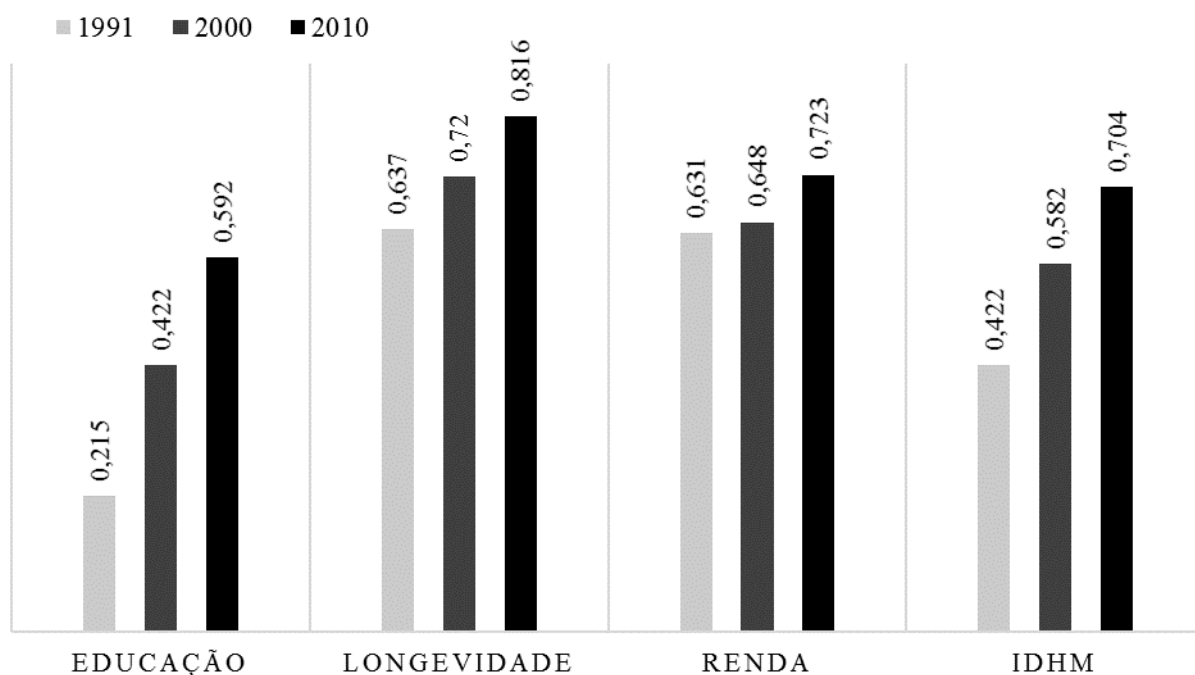
Fonte: IBGE (2014). \*Valor reajustado para o período de dezembro de 2000 (BCB, 2014).

As oscilações financeiras em 1991 provocaram alterações no salário mínimo oito vezes, desta forma, realizou-se a média simples do salário e a correção para o ano de 2000. No ano de 1991, tanto a renda *per capita* quanto o salário foram os mais baixos registrados. Em 2000, a renda *per capita* cresceu 11% e o salário 95% e no ano de 2010, a renda aumentou 59% e o salário 238%. A partir dos dados, percebe-se que a renda *per capita* no município foi superior ao salário mínimo nacional.

Montagnhani et al. (2009) traçaram uma analogia entre a usina em Mirandópolis/SP com a renda *per capita*, concluindo que a geração de empregos no município pelo setor sucroalcooleiro refletiu no aumento da renda média da população. Os autores ratificaram que o “aumento da renda causado pela empresa fez crescer a demanda local de alimentos, vestuário, serviços médicos e de ensino, construção civil, entre outros, desenvolvendo automaticamente no município as atividades responsáveis por sua oferta” (p. 33).

Assim como o PIB e a renda *per capita*, o IDHM evoluiu nos anos de 1991 a 2010, conforme pode ser observado na figura 3. O IDHM considera as características de saúde (longevidade), renda e educação específicas do município, portanto, apresentam-se os valores agrupados conforme os respectivos campos.

Figura 3 - IDHM do município de Mirassol D'Oeste/MT.



Fonte: PNUD (2013).

O indicador de educação do município de 1991 para 2000 melhorou 96% e, em 2010 em 40%, entretanto é o menor resultado dentre os três indicadores. Longevidade apresentou os melhores resultados, com elevação de 13% em ambos os períodos de análise. O indicador de renda representou valores intermediários entre os demais, embora tenha permanecido praticamente estável nos anos de 1991 e 2000, com leve aumento de 2,7% e, 12% no ano de 2010. Quando analisado a evolução geral, de 1991 a 2010, o indicador que mais se desenvolveu foi de educação, 175%, seguido por longevidade, 28% e renda, 15%.

O IDHM em 1991 teve valor geral de 0,422, puxado pelo indicador de longevidade e renda. No ano de 2000, o IDHM cresceu 31,7% e em 2010 a taxa de crescimento foi de 21%. Em sequência, o IDHM perpassou de muito baixo, baixo e alto desenvolvimento humano, respectivamente aos anos de 1991, 2000 e 2010.

Ao comparar os dados com os resultados de Montagnhani et al. (2009), a evolução do IDHM deu-se de forma similar entre os anos de 1991 a 2000, destacando-se, na ordem, os indicadores de educação, longevidade e renda. Porém, os autores afirmaram que não é coerente relacionar a melhoria do IDHM exclusivamente a usina localizada no município de Mirandópolis/SP, assim como para a COOPROCAMI e COOPERB II.

Nesta seara, Camargo Junior e Toneto Junior (2009, p. 65) associaram, “grosso modo”, que o complexo sucroalcooleiro (cultivo de cana e/ou usina/destilaria) refletiu em melhorias do IDHM, na renda *per capita* e em outros indicadores nos municípios analisados. Nogueira et al.

(2012) corrobora com o enunciado e ratifica que não se pode inferir o progresso dos indicadores somente a presença da usina/destilaria ou do cultivo de cana de açúcar.

### **Considerações Finais**

Os programas e políticas de expansão da fronteira agrícola, em especial ao município de Mirassol D'Oeste, estado de Mato Grosso, fomentaram a migração ao território, com posterior fundação do município, além da implementação da destilaria de etanol, naquela época a COOPROCAMI. Em função das características do município, jovem em sua constituição, a agroindústria canavieira representava um importante meio de crescimento econômico.

A destilaria COOPROCAMI e COOPERB II, em suas respectivas fases de atuação, certamente influenciaram no fluxo populacional tendo em vista o aumento da demanda por trabalhadores e, conseqüentemente, refletiu nos índices de empregabilidade, da mesma maneira que no número de habitantes do município, posteriormente declinando no período de inatividade.

Concluiu-se que os programas governamentais de ocupação/modernização agropecuária e, em especial o surgimento da destilaria de etanol, impactou positivamente os indicadores socioeconômicos, a citar na geração de empregos diretos e indiretos, na População Economicamente Ativa, no Produto Interno Bruto, na renda *per capita* e no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Todavia, soma-se a melhoria dos indicadores ao fato da estabilização econômica nacional com o advento do Plano Real e também do salário mínimo, conferindo a população e as empresas maior estabilidade financeira.

### **Referências Bibliográficas**

AGUIAR, Teresinha de Jesus Alves de; MONTEIRO, Maria do Socorro Lira. Modelo agrícola e desenvolvimento sustentável: a ocupação do cerrado piauiense. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 1-19, jul./dez. 2005.

ALTIERI, Miguel. Programas de desarrollo agrícola con base agroecológica. In: ALTIERI, Miguel (Org.). *Agroecología: bases científicas para una agricultura sustentable*. Montevideo: N. Comunidad, 1999. p. 137-164.

ALVES, Pedro Assumpção. et al. *Explorando as relações entre a dinâmica demográfica, estrutura econômica e mudanças no uso e cobertura da terra no sul do Pará*. São José dos Campos: INPE, 2008.

ALVES JUNIOR, Gilberto Torres. O planejamento governamental e seus reflexos na estrutura fundiária de Mato Grosso. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 4, n. 9, p. 17-30, jun. 2006.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. A mobilidade sulista e a expansão da fronteira agrícola brasileira. *Agrária*, São Paulo, n. 2, p. 40-68, jan./jun. 2005.



ANDRADE, Ednilton Tavares de; CARVALHO, Sergio Roberto Garcia de; SOUZA, Lucas Fernandes de. Programa do proálcool e o etanol no Brasil. *Engevista*, Niterói, v. 11, n. 2, p. 127-36, dez. 2010.

ANDREOZZI, Sylvio Luiz; ALVES, Priscilla. A expansão da atividade industrial no município de Santa Vitória, Estado de Minas Gerais, Brasil, 2009. *Observatório Geográfico da América Latina*. Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaindustrial/15.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

ARAÚJO, Leonardo de Castro. Formação territorial do município de Rubiataba (GO): colônia agrícola, rede urbana e atividade sucroalcooleira (1950-2012). *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 7, n. 2, p. 196-212, ago. 2013.

AZEVEDO JUNIOR, Wladimir Colman; DALLEMOLE, Dilamar; FARIA, Alexandre Magno de Melo. Análise locacional e impactos econômicos do segmento sucroalcooleiro em Mato Grosso. *Estudos do CEPE*, Santa Cruz do Sul, n. 35, p. 259-85, jan./jul. 2012.

BCB. BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Calculadora do cidadão*. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=1>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, jan./abr. 2005.

BRASIL. Decreto nº 86.029, de 27 de maio de 1981. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 maio 1981. Seção 1, p. 9810.

BRUNDTLAND REPORT WORLD. *Commission on Environment and Development: our common future*. Oxford: UN, 1987.

CAMARGO JUNIOR, Alceu Salles; TONETO JUNIOR, Rudinei. Indicadores sócio-econômicos e a cana-de-açúcar no Estado de São Paulo. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 39, n. 6, p. 57-67, jun. 2009.

CARVALHO, Guilherme Cyrino; GALLO, Zildo. Dependência econômica de pequenos municípios: há alternativas em relação à agroindústria canavieira em Pradópolis-SP? *Temas de Administração Pública*, Araraquara, v. 4, n. 7, jul./dez. 2012.

CNM. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. 2011. *História do município*. Disponível em: <[cnm.org.br](http://cnm.org.br)>. Acesso em: 7 maio 2015.

COOPERB. COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS PRODUTORES DE CANA DE RIO BRANCO. *Produção de etanol*. Disponível em: <[cooperb.com.br/](http://cooperb.com.br/)>. Acesso em: 17 abr. 2015.

CUNHA, José Marcos Pinto da. Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 87-107, jan./jun. 2006.

DELLAGNELLO, Eloise; SILVA, Rosimeri Carvalho. *Análise de conteúdo e sua aplicação em pesquisa em administração: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FUNDAÇÃO IBGE. *Sinopse preliminar do Censo Demográfico: Mato Grosso*. Rio de Janeiro: IBGE, 7º Recenseamento geral do Brasil, 1970, 1971. 12 p.

FUNDAÇÃO IBGE. *Sinopse preliminar do Censo Demográfico: Mato Grosso*. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, n. 23, 1981. 30 p.

FUNDAÇÃO IBGE. *Sinopse preliminar do Censo Demográfico*: Mato Grosso, 1991. Disponível em: < [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1991/CD\\_1991\\_sinopse\\_preliminar\\_MT.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1991/CD_1991_sinopse_preliminar_MT.pdf) >. Acesso em: 8 maio 2015. 64 p.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse preliminar do Censo Demográfico 2000*. Disponível em: < [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse\\_preliminar/](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse_preliminar/)>. Acesso em: 8 maio 2014. 415 p.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse do Censo Demográfico 2010*. Disponível em: < [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default\\_sinopse.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_sinopse.shtm)>. Acesso em: 8 maio 2014. 261 p.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades*: Mirassol D'Oeste. Disponível em: < [cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=510562&search=mato-grosso|mirassol-d'oeste](http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=510562&search=mato-grosso|mirassol-d'oeste) >. Acesso em: 8 maio 2015.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LUPERINI, Vanderlei Humberto. Registro de informações socioeconômicas da destilaria COOPROCAMI/COOPERB II. *Entrevista*. Mirassol D'Oeste, 29 abr. 2014.

MACEDO, Isaías de Carvalho; NOGUEIRA, Luiz Augusto Horta. *Avaliação da expansão da produção de etanol no Brasil*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2004.

MAGALHÃES, Maria da Conceição Cavalcanti; ROJAS, Luisa Iñiguez. Diferenciação territorial da hanseníase no Brasil. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, DF, v. 16, n. 2, p. 75-84, jun. 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARDEGAN, Eliane. *Usina COOPROCAMI: sua importância econômica para o município de Mirassol D'Oeste – MT*. 2002. 52 p. Monografia (Licenciatura em Geografia). Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres/MT, 2002.

MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão. In: MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 143-203.

MATO GROSSO (Estado). Lei Estadual nº 3.698, de 14 de julho de 1976. *Dispõe sobre a criação do município de Mirassol D'Oeste*, 1976.

MATO GROSSO (Estado). *Projeto de Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso*: Avaliação Final. Cuiabá: SEPLAN, 2002.

MATO GROSSO (Estado). Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Plano de Longo Prazo de Mato Grosso: macro-objetivos, metas globais, eixos estratégicos e linhas estruturantes. In: PRADO, José Gonçalves Botelho; BERTCHIELI, Regiane; OLIVEIRA, Luceni Grassi (org.). *Plano de Longo Prazo de Mato Grosso*. Cuiabá: Central de Texto, 2012. 108p.

MONDARDO, Marcos Leandro; BACKES, Thaianne Regina. As migrações e as transformações territoriais no Sudoeste do Paraná. *Revista Faz Ciência*, Cascavel, v. 9, n. 9, p. 35-58, jan./jul. 2007.

MONTAGNHANI, Bruno Astolphi; FAGUNDES, Mayra Batista Bitencourt; SILVA, Jeniffer Fonseca. O papel da agroindústria canavieira na geração de empregos e no desenvolvimento local: o caso da Usina Mundial no município de Mirandópolis, Estado de São Paulo. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 39, n. 12, p. 26-38, dez. 2009.

MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de. O mercado de trabalho da agroindústria canavieira: desafios e oportunidades. *Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, v. 11, n. 4, p. 605-19, out./dez. 2007.

MORENO, Gislaene. Agricultura: transformações e tendências. In: MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina (Orgs.). *Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. p 140-71.

MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina (Orgs.). *Geografia de Mato Grosso: seleção de conteúdos para o concurso público do Governo de Mato Grosso*. Cuiabá: Entrelinhas, 2009.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, set./dez. 2001.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo; GUIMARÃES, Maria Teresa Canesin. Políticas públicas de interiorização da educação em Goiás nas décadas de 1930 e 1940. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 7, n. 13, p. 97-120, jan./abr. 2007.

NOGUEIRA, Eloine Carvalho. et al. A opção pela cana-de-açúcar e sua influência nos indicadores socioambientais na região de Catanduva-SP. *Direito e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 100-11, jan./dez. 2012.

NOGUEIRA, Maria Aparecida Farias de Souza; BINOTTO, Erlaine. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2003-2008) da Microrregião de Dourados-MS. *Revista Faz Ciência*, Cascavel, v. 12, n. 15, p. 137-160, jan./jun. 2010.

ORLANDI, Marines; LIMA, Jandir Ferrera. A ocupação efetiva do território e o crescimento das atividades econômicas no Mato Grosso. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14. 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Petrópolis: Editora Garamond, 2011. p. 1-20.

PACZYK, Rosana. Setor sucroalcooleiro paranaense: do proálcool ao biodiesel. *Vitrine da Conjuntura*, Curitiba, v. 2, n. 6, p. 1-6, ago. 2009.

PNUD. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013*. Perfil do Município de Mirassol D'Oeste, MT. Disponível em: <[pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx](http://pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx)>. Acesso em: 12 abr. 2015.

PRIMAVESI, Ana. *Agroecologia: ecosfera, tecnosfera e agricultura*. São Paulo: Nobel, 1997.

RAMMINGER, Reinhard; GRASEL, Dirceu; ZAVALA, Arturo Alejandro Zavala. Agricultura e indicadores de renda no estado de Mato Grosso (1980-2005). *Informe Gepec.*, Toledo, v. 12, n. 2, p. 56-72, jul./dez. 2008.

SANTANA, Carlos Ribeiro. O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, v. 49, n. 2, p. 157-77, jul./dez. 2006.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, Adriana Aparecida; MIZIARA, Fausto. Avanço do setor sucroalcooleiro e Expansão da fronteira agrícola em Goiás. *Pesquisa Agropecuária Tropical*, Goiânia, v. 41, n. 3, p. 399-407, jul./set. 2011.

TRIOLA, M. F. *Introdução à estatística*. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

WEISHEIMER, Nilson. Desenvolvimento Rural, Capitalismo e Agricultura Familiar. *Olhares Sociais*, Cruz das Almas v. 2, n. 1, p. 51-78, jan./jun. 2013.

WORLD WILDLIFE FUND (WWF). *Expansão agrícola e perda da biodiversidade no Cerrado: origens históricas e o papel do comércio internacional*. Brasília, DF: WWF Brasil, 2000.

**Recebido em 23/09/2015 – Aprovado em 20/03/2016.**